

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.589.811 - RJ (2019/0286276-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ADRIANA COSTA DE MELLO ALVES
ADVOGADOS : ROBERTO JOSÉ DE MELLO OLIVEIRA ALVES - RJ008407
CANDIDO OLIVIERI CARNEIRO DE SOUZA - RJ139481
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
AGRAVADO : BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - RJ136118
RAFAEL SGANZERLA DURAND - RJ144852

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por ADRIANA COSTA DE MELLO ALVES em face da decisão acostada a fls. 690-695 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelos ora agravantes.

O apelo extremo, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 603-623 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE ADESÃO DE CONSÓRCIO, COM DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS E LANCE PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL.

- Parte autora que aduz ter oferecido lance de R\$ 110.000,00 para se habilitar à contemplação no consórcio de bem imóvel, em 18/11/2013, tendo recebido do primeiro réu, em 18/12/2013, carta de crédito no valor de R\$ 218.351,44, sendo que em 26/12/2013 apresentou a sua proposta de aquisição do imóvel, indicando-o e fazendo acompanhar tal proposta do recibo de sinal e princípio de pagamento relativo ao imóvel indicado na referida proposta.

- Ocorre que em 07/02/2014, após contato com o serviço de atendimento ao consumidor, recebeu a notícia de que o crédito concedido não seria liberado, por conta de "restrição interna" no Banco do Brasil, que supõe seja decorrente de operação financeira da empresa Habilis, do qual foi sócia cotista, e que foi objeto de renegociação com os titulares da pessoa jurídica devedora, renegociação esta de que não tomou parte e cujos termos desconhece, sendo que a recusa da liberação do crédito concedido causou a perda do direito à aquisição do imóvel que prometeu comprar e do sinal pago.

- Parte autora que requer a rescisão do contrato celebrado com o primeiro réu e a condenação à devolução de todas as quantias pagas.

- Sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais.

- Autora que foi sócia cotista da empresa Habilis Solução em Transportes Ltda EPP pelo período de dezembro de 2006 a julho de 2009, e que em 17/10/2008, enquanto sócia da empresa, foi fiadora em contrato de abertura de crédito celebrado entre a empresa Habilis e o segundo réu, Banco do

Brasil.

- Analisando o contrato de abertura de crédito verifica-se que (1) a décima quarta cláusula do contrato previa a sua renovação automática; e (2) a autora, na qualidade de fiadora, renunciou ao benefício de ordem previsto no artigo 827 do CCB e se responsabilizou pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa Habilis, quer no primeiro período de vigência do contrato, quer nas prorrogações que se realizarem.
- Entendimento firmado pelo E. Superior Tribunal de Justiça de ser lícita a cláusula em contrato de mútuo bancário que preveja expressamente que a fiança prestada se prorroga automaticamente com a prorrogação do contrato principal.
- Dessa forma, não tendo a autora promovido a notificação resilitória nos moldes do disposto no artigo 835 do CCB, a fim de se exonerar da fiança, a demandante permaneceu como responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas pela empresa Habilis, e tendo havido o inadimplemento das obrigações, a inclusão do nome da parte autora em bancos de dados de inscrição de inadimplentes constitui exercício regular de direito do banco credor, em face de dívida não quitada.
- Segundo réu, Banco do Brasil, que cedeu a dívida da empresa Habilis, que se encontrava garantida pela fiança prestada pela autora, à empresa Ativos S/A, sendo tal crédito, objeto de acordo para pagamento entre a empresa Habilis e a cessionária Ativos S/A, consoante documento acostado no indexador 282.
- Refira-se ser inviável a tese da parte autora de existência de novação, posto que a obrigação continua sendo a mesma, a de pagar ao cessionário o capital originariamente emprestado pelo banco cedente (Banco do Brasil S/A), com um desconto no valor total do débito e parcelado em sessenta vezes. Frise-se, inclusive, que o item “3” do acordo, ressalva que o desconto concedido é mera liberalidade do credor e que o valor negociado só será válido caso ocorra o pagamento nos prazos e termos acordados.
- A novação constitui a assunção de nova dívida, tendo por consequência a extinção da anterior, sendo que a existência de desconto no valor da dívida e a prorrogação do prazo para pagamento têm, apenas, o efeito de corroborar a obrigação, sem nová-la. Ademais, o artigo 361 do CCB prescreve que não havendo ânimo de novar inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.
- Assim, ante a inoccorrência de novação, descabe à autora se socorrer do previsto no artigo 364 do CCB, persistindo, portanto, a possibilidade de se manter o nome da parte autora em bancos de dados de inscrição de inadimplentes, eis que fundado no exercício regular de direito do banco credor, em face de dívida não quitada.
- Observância do artigo 6º, inc. III, do CDC, o qual institui o dever de informação e consagra o princípio da transparência, posto que alcançou o negócio em sua essência, porquanto a informação repassada ao consumidor de que a utilização da carta de crédito ficaria condicionada a inexistência de impeditivos restritivos relacionados a crédito em nome do consorciado, integrou o próprio conteúdo do contrato.
- Manutenção da sentença que julgou improcedentes os pedidos iniciais.
- Por fim, resta destacar que não haverá prejuízos à autora, pois consoante a cláusula 39 do contrato de consórcio, após o encerramento do grupo do

consórcio, os consorciados que não tenham utilizados os respectivos créditos, os terão à disposição para recebimento em espécie.

MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE AUTORA

Opostos embargos de declaração (fls. 625-629 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 634-653 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegou a insurgente que o acórdão recorrido violou os artigos 187, 366 e 844, *caput e* §1º, do Código Civil, defendendo ter ocorrido novação subjetiva e objetiva da obrigação, o que exonerou a recorrente da fiança prestada, argumentando, subsidiariamente, ter havido transação entre a instituição financeira e a nova devedora, o que, novamente, implica exoneração do fiador. Afirmou ser o caso de condenação da recorrida ao pagamento de indenização.

Contrarrazões a fls. 679-688; 690-695 e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a corte de origem negou seguimento ao apelo nobre por aplicação das Súmulas 5/STJ e 7/STJ.

Inconformados, interpuseram o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja minuta está acostada a fls. 705-712 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 716-724 e-STJ.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. As alegações da parte insurgente a respeito de afronta aos artigos 187, 366 e 844, *caput e* §1º, do Código Civil não prosperam. Consoante a jurisprudência deste Tribunal Superior, é válida a cláusula que estipula a prorrogação automática da fiança cabendo ao fiador, nesse caso, comunicar ao credor sua intenção de retirar a garantia, de modo a exonerar-se da obrigação. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. FIANÇA PRESTADA EM CONTRATOS BANCÁRIOS. CLÁUSULA PREVENDO A EXTENSÃO DA GARANTIA NAS PRORROGAÇÕES AUTOMÁTICAS. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. PRECEDENTE DA SEGUNDA SEÇÃO. NÃO PROVIMENTO. [...]. 2. É válida a cláusula contratual que determina a prorrogação automática da fiança em conjunto com o contrato principal. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no REsp 1373997/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017)

CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. FIANÇA. CLÁUSULA PREVENDO SUA PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é válida a cláusula que estabelece a prorrogação automática da fiança

com a renovação do contrato principal, cabendo ao fiador, acaso intente a sua exoneração, efetuar, no período de prorrogação contratual, a notificação prevista no art. 835 do CC. [...] 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1568310/RO, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 05/05/2016)

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, em sede de ação de rescisão de contrato de adesão de consórcio proposta pela recorrente julgou improcedentes os pedidos iniciais.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou que não houve novação da obrigação, apenas cessão do crédito de foram que, existindo cláusula quanto à prorrogação da fiança no caso de prolongamento do pacto principal, não seria possível falar em exoneração da garantia.

Citam-se os excertos correspondente (fls. 614-615; 618-619 e-STJ, sem grifos no original):

Analizando o contrato de abertura de crédito verifica-se que **(1) a décima quarta cláusula do contrato previa a sua renovação automática; e (2) a autora, na qualidade de fiadora, renunciou ao benefício de ordem previsto no artigo 827, I, do CCB e se responsabilizou pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa Habilis, quer no primeiro período de vigência do contrato, quer nas prorrogações que se realizarem.**

In verbis:

“DÉCIMA QUARTA – RENOVAÇÃO DO VENCIMENTO – NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO EM CONTRÁRIO DE QUALQUER DAS PARTES, O PRAZO DE VIGÊNCIA, ACIMA ESTIPULADO, PODERÁ SER SUCESSIVAMENTE PRORROGADO, POR IGUAIS PERÍODOS DE 360 DIAS, RESPEITADA A POLÍTICA DE CRÉDITO DO BANCO.”

VIGÉSIMA SEXTA – FIANÇA – Assina(m), também este Instrumento ADRIANA COSTA DE MELLO ALVES, Brasileiro(a), separado(a), (...), YEDA COSTA DE MELLO ALVES, Brasileiro(a), casado(a), (...) e seu cônjuge ROBERTO JOSE DE MELLO OLIVEIRA ALVES, Brasileiro(a), casado(a), (...), que, na qualidade de fiador(es) e principal(ais) pagador(es), sendo esta fiança absoluta, irrevogável, irretatável e incondicional, não comportando qualquer tipo de exoneração, renunciando o(s) fiador(es), expressamente, aos benefícios dos artigos 827, 830, 834, 835, 837 e 838, todos do Código Civil Brasileiro, solidariamente se responsabiliza(m) pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo (a) FINANCIADO(A) neste Instrumento, quer no primeiro período de vigência, quer nas prorrogações que se realizarem, conforme previsto na Cláusula “RENOVAÇÃO DO CONTRATO”.

É o entendimento firmado pelo E. Superior Tribunal de Justiça ser lícita a cláusula em contrato de mútuo bancário que preveja expressamente que a fiança prestada se prorroga automaticamente com a prorrogação do contrato

principal.

Neste sentido, seguem os reiterados entendimentos exarados por esta Corte:
[...]

Constata-se dos autos que o segundo réu, Banco do Brasil, cedeu a dívida da empresa Habilis, que se encontrava garantida pela fiança prestada pela autora, à empresa Ativos S/A (fls. 271 - indexador 227), sendo tal crédito, objeto de acordo para pagamento entre a empresa Habilis e a cessionária Ativos S/A, consoante documento de fls. 282/285 (indexador 282).

Trata-se o documento de fls. 282/285 (indexador 282), celebrado entre a empresa Habilis e a cessionária Ativos S/A, de mero acordo para pagamento do crédito cedido pelo Banco do Brasil S/A.

Refira-se ser inviável falar em existência de novação, posto que a obrigação continua sendo a mesma, a de pagar ao cessionário o capital originariamente emprestado pelo banco cedente (Banco do Brasil S/A), com um desconto no valor total do débito e parcelado em sessenta vezes. Frise-se, inclusive, que o item “3” do acordo, ressalva que o desconto concedido é mera liberalidade do credor e que o valor negociado só será válido caso ocorra o pagamento nos prazos e termos acordados.

A novação constitui a assunção de nova dívida, tendo por consequência a extinção da anterior, sendo que a existência de desconto no valor da dívida e a prorrogação do prazo para pagamento têm, apenas, o efeito de corroborar a obrigação, sem nová-la.

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Sumula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

Ademais, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria proceder a nova interpretação das cláusulas contratuais e, ainda, derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre não ter havido novação, mas mera cessão de crédito, sem exoneração da fiança, dado o quanto pactuado pelas partes. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme os enunciados da Súmula do STJ nº 5: *A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial* e nº7: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE VALIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM COBRANÇA DE VALORES. COMPROMISSO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS. POSTERIOR CELEBRAÇÃO DA CORRESPONDENTE ESCRITURA PÚBLICA. NOVAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...] 3. A modificação do entendimento lançado no acórdão recorrido, quanto à ocorrência de novação e à observância do princípio da boa-fé contratual, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso

especial, a teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7 deste Pretório. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1217553/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 27/11/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. CONCLUSÃO NO SENTIDO DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA, AFASTANDO A QUALIFICAÇÃO DE NOVAÇÃO. ENTENDIMENTO FUNDADO EM FATOS, PROVAS E TERMOS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [...] 2. Com base na interpretação de cláusulas contratuais e nos fatos e provas apurados, o Tribunal a quo firmou que não ocorreu novação da dívida, mas sim mera renegociação; e que o título de crédito exequendo se qualificava como título executivo extrajudicial (cédula de crédito bancário). Aplicação das Súmulas 5 e 7/STJ. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1459484/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 04/10/2019).

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator